

## NOTAS SOBRE A "NOVA ORDEM ECONÔMICA"

PROF. RENATO CAMPOS

O Plano de Estabilização procura combater a inflação inercial. Trata-se da inflação que resulta das reações dos agentes econômicos que, procurando manter seus rendimentos, transferem a inflação passada para o presente. Por um lado há o conflito distributivo, a corrida por fatias de um bolo ilusório que quanto mais cresce, menos tem sabor. Por outro lado há mecanismo de valorização nominal automática de alguns ativos, a correção monetária. Na Economia brasileira criaram-se elementos institucionais que projetam para o futuro a inflação do passado: a correção semestral dos salários, pelo índice de preços e a correção monetária, vinculada aos títulos públicos e à taxa de câmbio, corrigindo os ativos financeiros.

Ao eliminar-se a indexação (correção automática dos valores pelos índices da inflação passada) elimina-se a inflação inercial. Desindexar significa eliminar o mecanismo institucional que regula a automaticidade da corrida pela manutenção dos rendimentos de cada agente econômico. Portanto, junto com a desindexação veio a bandeirada de chegada da corrida pela renda: congelamento de preços e salários. Quem ganhou, ganhou.. Quem perdeu, perdeu.

Na sua essência o Plano de Estabilização cria outras regras para a política de rendas e executa uma reforma monetária:

- 1- Congelamento dos preços por prazo indeterminado, podendo revisar setorial e temporariamente.
- 2- Congelamento dos salários, manutenção das datas dos dissídios das diversas categorias, anualidade nos reajustes, escala móvel com teto de 20%, e correção automática dos salários em 60% da inflação anual.

3- Eliminação da correção monetária.

4- Criação de uma nova moeda.

Complementarmente: não tabelar a taxa de juros mas fixar a taxa de câmbio e o valor da obrigação do tesouro nacional (OTN). Estabelece o seguro-desemprego.

O combate à inflação inercial é o último passo de uma política econômica que, anteriormente, já havia tomado medidas para conter os demais fatores inflacionários: eliminação do déficit público, redução das pressões do balanço comercial e seus reflexos na taxa de câmbio, e a manutenção dos estoques reguladores dos produtos agrícolas.

O Governo entende que pode, agora, retomar o controle dos instrumentos de política monetária e fiscal e administrar os preços relativos de forma a eliminar, em curto prazo, o congelamento de preços. Por outro lado, retirar o "Vêtu" chamado inflação significa, também, para o governo, possibilitar a expansão do capital produtivo no seu próprio terreno, ou seja, na esfera da produção, evitando os excessivos desvios de rota que o conduziam a valorizar-se no circuito financeiro.

Isso quer dizer que a emergência do "capitalismo moderno", que está atrás do choque, passa pelo corte da ilusão especulativa e desorganizadora dos investimentos. Significando, por outro lado, a criação de condições para uma associação coerente entre o capital produtivo que permita o nascimento do "legítimo" capital financeiro.

Importa, agora, compreender o que significa para o capitalismo brasileiro essa "nova ordem econômica" que se estabelece com o Plano de Estabilização, e que é anunciado pelo Governo como "a mais profunda reforma econômica que se tem notícia em nossa história".

Em primeiro lugar efetivou-se o controle do déficit público através da mini-reforma tributária, do fim da correção monetária, do controle do caixa do tesouro pela extinção da conta movimento do

Banco do Brasil e pela criação da Secretaria do Tesouro.

Com essas medidas o governo retoma controle da política monetária e fiscal e destrói o foco inflacionário decorrente da dimensão financeira de suas despesas. Consequentemente assume a sua função clássica no capitalismo: controlador da moeda, agora, sem os entraves institucionais e financeiros de antes.

Em segundo lugar, os efeitos decorrentes do fim da correção monetária no mercado financeiro, acaba com componente especulativo que protegia da inflação os ativos financeiros e impediam o controle da liquidez real do sistema.

Na "nova ordem econômica" isso significa colocar o vagão do sistema financeiro nos trilhos do sistema econômico, puxado pela locomotiva do capital produtivo.

A função básica do sistema financeiro, em qualquer país capitalista é servir ao capital produtivo, quer financiando o consumo, quer intermediando os investimentos de curto e de longo prazo. Na atual fase do capitalismo monopolista, é no sistema financeiro que se realiza a fusão do capital bancário com o capital industrial para a formação dos grandes congelamentos.

Feito isso cria-se o espaço para o avanço do capital produtivo que sabia não poder viver, por muito tempo, com os lucros de balanços captados na especulação financeira. O capital produtivo precisa do sistema financeiro, não como muleta para sua reprodução mas sim como sócio nos investimentos para a centralização/concentração, o que é o melhor caminho para a sua reprodução.

Em terceiro lugar, a alteração na política salarial, adquire duas dimensões: a primeira é a eliminação parcial da indexação dos salários, suprimindo os reajustes automáticos semestrais e determinando a proibição de reposições e de correção integral pelos índices inflacionários. Isso significa a definição de uma política salarial que permita o controle dos aumentos reais de salário.

A segunda dimensão completa a primeira e diz respeito ao congelamento de salários pela média real dos últimos seis meses. Dessa forma os salários não recuperam seu poder de compra estabelecido no momento do último reajuste. Essa parcela do salário corresponde a renda média transferida dos salários para os lucros nos últimos seis meses. Portanto os lucros permanecem no seu patamar anterior, agora, protegidos por uma política salarial que proíbe a recuperação das parcelas da renda que já foram transferidas para os lucros.

São esses os contornos mais gerais da "nova ordem econômica" que se estabelece: uma economia sem o efeito desorganizador da inflação; um Estado com efetivo controle da moeda; um sistema financeiro redimensionado; uma política salarial que evita aumentos reais e, principalmente, um capital produtivo com espaço para evitar a pressão dos salários e do componente financeiro sobre seus custos, ou seja, com condições para a ampliação de sua margem de lucro.

Se é esse o quadro pós-reforma é evidente que a recessão teria que ser evitada. Por um lado, o próprio conteúdo do pacote, que, pela eliminação das correções monetária, reorganiza o crédito sem restringi-lo e devolve a eficácia dos instrumentos de política monetária, dispensando medidas recessivas. Por outro lado, o sucateamento do parque industrial, já debilitado pelas restrições à importação era um risco grande demais para ser experimentado no momento em que manter superavit's comerciais é a única saída para o pagamento da dívida externa. A recessão, se houver, ficará por conta da luta entre as frações do capital que vão procurar manter suas margens de lucro.

É nesse contexto que se reorganiza o capitalismo brasileiro depois da crise pós-milagre. Milagre aquele que se sustentou no sistema financeiro, e que agora se reformula para retomar a função para o qual foi criado. Milagre aquele que estimula o investimento externo e que agora se reorganiza para pagar a dívida externa.

A dívida externa tornou-se fator inflacionário pela pressão nos custos financeiros do capital privado que foi induzido política econômica do governo a tomar empréstimos externos. Num segundo momento, com a elevação dos juros no mercado financeiro internacional, o governo (que também já havia tomado empréstimos externos) acaba assumindo grande parte da dívida externa do capital privado e começa a pressionar as taxas de juros internas para captar recursos para pagamento dessa dívida, aumentando sua própria dívida interna. Em ocorrência disto, as taxas de juros internas pressionam os custos financeiros e, também, o desequilíbrio das contas do setor público não permitem um controle do volume de moeda, gerando constantes pressões inflacionárias. Esses efeitos da dívida externa sobre o processo inflacionário foram atenuados agora pelo controle da dívida do setor público que deixa de fazer pressão sobre a taxa de juros interna.

O que deve ser observado, contudo, nessa "nova ordem econômica" é que, nas circunstâncias da dependente economia brasileira, se mantém a remessa líquida de capitais para o exterior, ou seja, uma "nova ordem" para satisfazer velhos objetivos e que implica na lógica do próprio capitalismo dependente.

A impossibilidade do Governo manter a aliança democrática e sem espaço para a concretização do pacto social, faz a "constituente econômica" (na expressão do Ministro Chefe do Gabinete Civil), preparando as condições para a eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Revela-se portanto a dimensão política do plano de estabilização. Essa dimensão, no quadro da "nova ordem econômica", se expressa na velha concepção do produtivismo distributivismo, ou seja: crescer primeiro e distribuir depois. E "crescer primeiro", nada mais é que a reorganização das condições de acumulação do capital no contexto de uma economia dependente.